



---

ÁREA TEMÁTICA: Classes, desigualdades e políticas públicas

---

Pobreza e exclusão social em Portugal

---

PERISTA, Pedro

Mestre em Cidade, Território e Requalificação

CESIS

pedro.perista@cesis.org

---

BRUTO DA COSTA, Alfredo

Doutorado em Sociologia

---

BAPTISTA, Isabel

Mestre em Sociologia Urbana

CESIS

isabel.baptista@cesis.org

---

CARRILHO, Paula

Licenciada em Sociologia e Planeamento

CESIS

paula.carrilho@cesis.org

---

### Resumo

Esta comunicação consistirá numa síntese dos principais resultados do questionário específico elaborado e aplicado no âmbito do estudo "Pobreza e Exclusão Social em Portugal". Este questionário pretendeu preencher as lacunas existentes nos dois outros instrumentos analisados na pesquisa – o Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia e o ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento. O universo de análise consistiu nos representantes dos agregados identificados como pobres no ICOR 2004 e que se encontravam a trabalhar no momento do inquérito.

Procurou-se, pois, analisar, de forma mais incisiva, as situações de exclusão social efectiva registadas entre a população pobre portuguesa. Para além das características e perfis destes indivíduos foram analisadas questões como a inserção laboral, percursos escolares, redes de sociabilidade e solidariedade, bem como as percepções subjectivas desta população relativamente à pobreza.

Palavras-chave: Pobreza; Exclusão social





## 1. Introdução

A presente comunicação resulta do estudo “Pobreza e Exclusão Social em Portugal”, desenvolvido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social e que contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia. A componente empírica deste estudo apoiou-se fundamentalmente em informação colhida de três fontes distintas. 1) o Painel dos Agregados Domésticos Privados - PADP (*European Community Household Panel - ECHP*), coordenado pelo Eurostat; 2) o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – ICOR (Survey on Income and Living Conditions - SILC), que, a partir de 2004, veio substituir o PADP; e 3), o Inquérito directamente solicitado, pelos autores, ao Instituto Nacional de Estatística (*Inquérito Directo aos Trabalhadores Pobres no ICOR 2004*), sobre as características e outras dimensões da vida das pessoas pobres identificadas no ICOR 2004 e se encontravam a trabalhar no momento desse inquérito (*working poor*). Com o questionário elaborado pelos autores do estudo, este Inquérito foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em finais de 2006 e princípios de 2007.

Uma vez feita aquela opção quanto à definição da amostra, definiu-se a *linha de pobreza*. Para o efeito, utilizou-se o método correntemente utilizado pelo Eurostat para delimitar as pessoas e agregados «em risco de pobreza». Isto é, a linha de pobreza foi colocada a 60% do rendimento mediano equivalente. Para o efeito, utilizou-se a *escala de equivalência* designada por «escala da OCDE modificada», segundo a qual ao primeiro adulto (com idade de 16 ou mais anos) corresponde o ponderador 1 (unidade), a cada adulto adicional o ponderador de 0.7 e a cada criança (com menos de 16 anos) o valor de 0.5.

Este questionário surgiu na lógica de aprofundamento da situação específica de uma parcela importante da população pobre portuguesa e que os instrumentos estatísticos à disposição não exploram convenientemente. É dos resultados principais deste questionário que se optou por dar conta na presente comunicação.

## 2. Trabalhadores pobres: dois anos volvidos, que características, que alterações, que continuidades?¹

Os 300 agregados considerados no Inquérito Directo<sup>ii</sup> eram, constituídos, em média, exactamente por três elementos, pelo que a amostra considerada diz respeito a um total de 900 pessoas. O número de elementos por agregado variava entre um e oito, sendo cerca de um em cada três constituído por quatro elementos (gráfico 1).

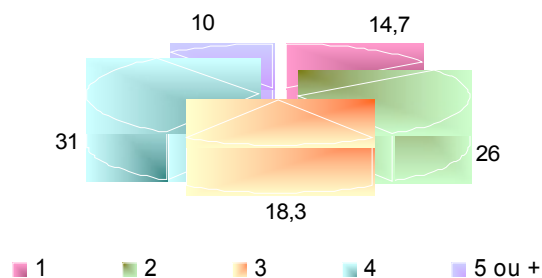


Gráfico 1 - Número de elementos do agregado

No que respeita à composição do agregado familiar (gráfico 2), verifica-se que o *agregado nuclear com 1 ou 2 filhos* assume claramente uma posição de destaque face às restantes tipologias (43%).

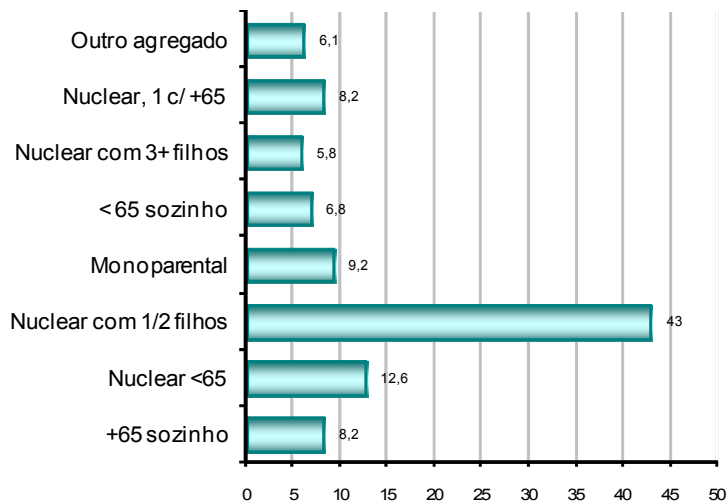


Gráfico 2 - Composição do Agregado Familiar

A análise por sexo permite constatar uma sobre-representação masculina (58.7%), decorrente, provavelmente, da tendência ainda vigente para que, no seio do agregado, o homem seja identificado como *respondente*. Considerando todos os elementos dos agregados, a distribuição por género reflecte ligeira feminização que caracteriza a sociedade portuguesa (51.9%).

Um dado assinalável é que, desde o momento de inquirição do ICOR, em 2004, e o da inquirição para este estudo (final de 2006), 14% dos indivíduos passaram à situação de reformado/pensionista, a grande maioria com idade (em 2006) igual ou superior a 65 anos, havendo, porém, alguns casos de inquiridos com idade inferior. É, ainda, de assinalar que 7.3% passou a uma situação de desemprego e 4.7% à situação de doméstica.

Comparando com a situação face ao trabalho da totalidade dos elementos dos agregados incluídos no estudo, assiste-se a uma diminuição do peso relativo da população “a trabalhar”, e o aparecimento da situação de estudante, ausente entre a categoria dos respondentes, mas representando um em cada quatro elementos dos agregados considerados (gráfico 3).

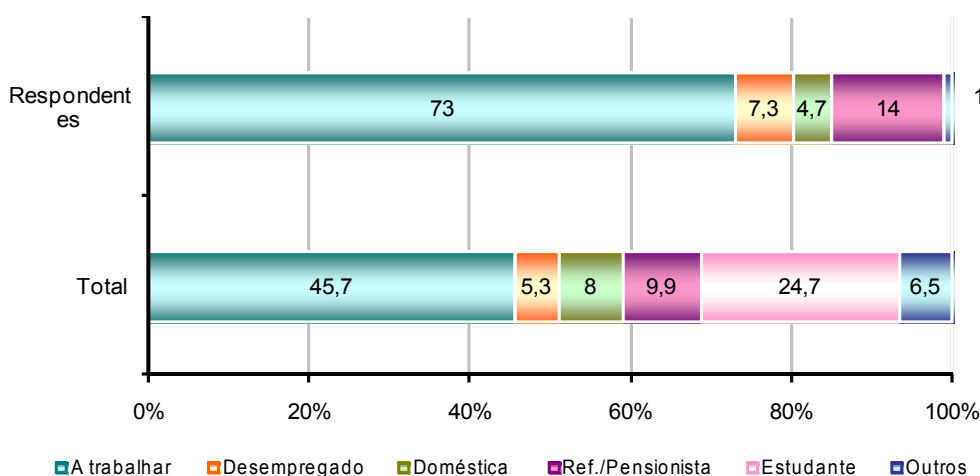


Gráfico 3 - Situação perante o trabalho (respondentes e população total)



A análise da principal fonte de rendimento pessoal do respondente permite consolidar estes resultados: em 68% dos casos a principal fonte de rendimento é o *trabalho*, sendo que 35.7% diz respeito ao trabalho *por conta própria*. Seguidamente, surgem as *pensões* (18.3%) e com valores menos expressivos surgem *outras transferências sociais* (7.3%), onde se incluem, entre outros, o *rendimento social de inserção* e o *subsídio de desemprego*. Deve, ainda, ser assinalado que 6.3% dos respondentes afirmaram não ter qualquer fonte de rendimento.

## 2.1. Precariedade laboral como causa de pobreza: realidade ou mito?

Mais de 85% dos respondentes que afirmaram estar a trabalhar, referiram trabalhar a tempo inteiro, o que representa uma assinalável semelhança com os dados oficiais, que situavam, em 2006, a proporção de trabalho a tempo parcial nos 11.3% (cf. INE, Inquérito ao Emprego). Por outro lado, cerca de 10% referiram a intermitência do seu trabalho – situação mais preponderante entre os trabalhadores a tempo parcial, abrangendo mais de um em cada três destes trabalhadores.

Este dado permite, desde logo, colocar fortes ressalvas à associação muitas vezes imediata entre o trabalho a tempo parcial e as situações de pobreza entre as pessoas que se encontram a trabalhar. Mais uma vez se torna, pois, imperioso distinguir entre a vulnerabilidade dessas situações à pobreza – que é um facto – e a sua importância relativa para o total de pessoas a trabalhar em situação de pobreza, constituído maioritariamente por trabalhadores a tempo inteiro.

Considerando apenas os trabalhadores por conta de outrem, um em cada seis afirmou ter um contrato a termo, valor inferior ao registado em termos oficiais, que situava tal proporção em um em cada cinco trabalhadores (cf. INE, Inquérito ao Emprego). Mesmo em termos da formalização do contrato, mais de 80% afirmou ter um contrato de trabalho escrito. E dos restantes casos, com contrato apenas oral – que poderiam, eventualmente, configurar casos de precariedade – menos de 10% afirmou, simultaneamente, não efectuar descontos para o sistema de Segurança Social ou afim.

Deve ser realçado, pois, que, tal como relativamente ao referido acerca do trabalho a tempo parcial, não são os contratos a termo nem a inexistência de contrato os principais responsáveis pela existência de situações de pobreza entre a população trabalhadora.

Recorrendo, uma vez mais, aos dados do Inquérito Directo, constata-se que cerca de 3 em cada 4 trabalhadores por conta de outrem (correspondendo a um quarto do total de inquiridos) tem direito a férias pagas. 84.5% daqueles trabalhadores efectua descontos para o sistema de Segurança Social ou equivalente, valor acima do registado para os trabalhadores por conta própria (71%). Em termos globais, 77.5% dos trabalhadores inquiridos efectuam os referidos descontos.

A explicação principal para o grosso das situações de pobreza entre a população a trabalhar não parece estar, igualmente, na clandestinidade do trabalho que desempenham, pese embora as consequências gravosas desta situação.

Cerca de 17% dos inquiridos que fazem descontos afirmam não ter direito a subsídio de doença. Este valor sobe para quase o dobro entre os trabalhadores por conta de outrem, o que, sendo consistente com a opção pelo sistema restrito (obrigatório) de segurança social dos trabalhadores independentes, por relação com o alargado (facultativo), não deixa de potenciar situações de vulnerabilidade acrescida para esta população em caso de doença.

Em caso de desemprego, a proporção dos trabalhadores por conta própria a descoberto atinge quase 90%, face a apenas 13.6% dos trabalhadores por conta de outrem. Esta última situação encontra explicação, nalguns casos, nas situações de desemprego nos doze meses imediatamente anteriores à inquirição. Porém, a maioria dirá respeito, pelo padrão de respostas registado, ao trabalho por conta de outrem à margem do mercado legal de trabalho.



Logo, embora como referido acima, tal situação não seja a mais concorrente para a existência de situações de pobreza na população a trabalhar, não pode deixar de ser realçada a vulnerabilidade acrescida daqueles que desenvolvem a sua actividade profissional no mercado de trabalho informal.

As actividades ligadas à *agricultura e pesca* são as mais representativas entre a população pobre empregada, assumindo 27.5%, do total. Também com valores bastante elevados surgem os *operários e artífices* e os *trabalhadores não qualificados*. Os resultados em termos de sector de actividade colocam novamente o sector primário como o principal empregador da população pobre inquirida, sendo o comércio e a construção os outros sectores mais representados.

Tendo em atenção a população em análise pode, à primeira vista, parecer estranho que 11,2% desempenhe actividades enquadradas na categoria de *cargos superiores e dirigentes*.

No entanto, verifica-se que estes indivíduos se concentram, sobretudo, em dois sectores de actividade: comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico (48.3%) e alojamento e restauração (27.6%), sendo que é neste último que a vulnerabilidade à pobreza assume proporções mais elevadas (36.4%).

Da mesma forma, a entrada no mercado de trabalho foi consideravelmente precoce: 72.4% começaram a trabalhar antes dos 16 anos, sendo que 31% começaram mesmo antes dos 12 anos. A este facto surge, evidentemente, associada uma baixa escolaridade: 64.5% dos indivíduos concluíram apenas o 1º ou o 2º ciclo, enquanto apenas 6.5% terminaram o 12º ano.

Estes valores são idênticos aos verificados para a população total inquirida. Praticamente metade das pessoas afirmaram ter completado apenas o 4º ano de escolaridade. Regista-se ainda que cerca de uma em cada cinco não chegou a completar qualquer grau de ensino, valor que inclui ainda uma proporção assinalável de situações de analfabetismo.

E, uma vez mais, verifica-se que a maior parte dos respondentes começou a trabalhar muito cedo. Em média, a população inquirida começou a trabalhar cerca dos 14 anos, sendo que a idade mínima registada foi de apenas 5 anos. Apenas cerca de um em cada quatro inquiridos afirmou ter começado a trabalhar com idade igual ou superior a 16 anos, valor semelhante ao dos que entraram no mercado de trabalho com menos de 12 anos de idade.

Apesar desta entrada precoce no mercado de trabalho, apenas 14.4% destes inquiridos afirmaram ter tido mais do que uma ocupação profissional, registando-se, igualmente, uma relativa estabilidade de permanência no emprego, expressa no facto de só 18% dos trabalhadores por conta de outrem inquiridos terem tido mais do que um patrão nos 24 meses anteriores à inquirição.

Torna-se, pois, evidente, à luz destes dados, que a importância relativa da instabilidade e intermitência do emprego e, consequentemente, de situações como a do desemprego de circulação para a explicação da pobreza entre os trabalhadores deve ser equacionada.

As características relativas à escolaridade acabam por reflectir uma reprodução assinalável das características da geração anterior. Efectivamente, 38,7% dos respondentes afirmou que ambos os pais não sabiam ler nem escrever e 19,4% que, apesar de pelo menos um deles saber ler e escrever, nenhum completou qualquer nível de ensino. Em 38,7% dos casos, o nível de escolaridade mais elevado atingido pelo pai e/ou pela mãe foi apenas o 4º ano.

Em conjunto, os níveis de escolaridade dos pais e das mães dos respondentes, revelam que praticamente metade não sabe ler e escrever e que, mais grave ainda, 60% dos inquiridos tem pai ou mãe analfabeto/a.

A análise da profissão dos pais e das mães vem associar aos baixíssimos níveis de escolaridade profissões caracterizadas por baixos níveis de qualificação profissional.

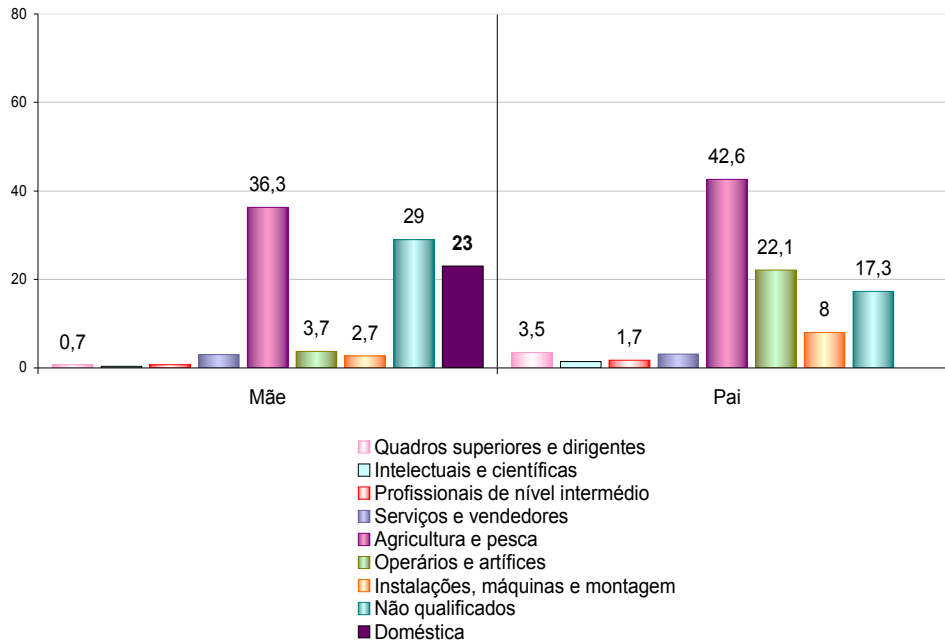


Gráfico 4 - Profissão dos pais

A análise conjunta da escolaridade dos respondentes e dos seus pais torna possível comprovar a evolução dos níveis de escolaridade dos indivíduos relativamente à da geração anterior, sendo que cerca de 70% dos respondentes têm nível de escolaridade superior ao dos respectivos pais (que equivale ao nível de escolaridade mais alto atingido por qualquer um dos progenitores), não se podendo, no entanto, ignorar que 5% tinham um nível de escolaridade inferior à dos respectivos pais.

Acresce que 75% dos respondentes completaram, no máximo, o 6º ano de escolaridade, o que significa que a evolução se processou dentro de contextos genericamente muito baixos, merecendo reflexão, portanto, o resultado das políticas educativas e dos seus efeitos concretos relativamente à situação dos *working poor* em Portugal

## 2.2. As situações de doença/deficiência como dificuldades acrescidas

Questionados sobre se a sua actividade profissional era afectada por doença e/ou deficiência, 11% dos inquiridos que se encontravam empregados no momento do questionário respondeu afirmativamente. Em mais de metade dos casos foi expressa doença/deficiência do foro orgânico, registando-se ainda 29.2% de casos em que foi referida um problema motor, sendo as restantes situações (visual, auditiva ou outras) residuais. Quatro em cada cinco inquiridos afirmaram ainda conviver com tal situação há mais de um ano, sendo que para metade é uma situação já com quatro ou mais anos. Cerca de 25% dos respondentes afirmaram não conseguir uma consulta médica sempre ou quase sempre que necessitam, havendo mesmo 8.3% que só raramente o conseguem.

São, naturalmente, os inquiridos que convivem com uma situação de doença/deficiência os que mais afirmaram ter sentido dificuldades nos doze meses anteriores à inquirição, nomeadamente em chegar a determinados locais. Outras situações, como entender ou fazer-se entender ou a falta de serviços apropriados (ex: casas-de-banho), não foram, porém, particularmente mencionados, assim como a recusa de entrada ou serviço nalgum local, ou de ajuda quando solicitada pelo inquirido.



Visto em conjunto, aproximadamente um em cada seis respondentes afirmaram ter sentido dificuldades por motivos de saúde. De notar que 6% afirmaram ter-se sentido postos à parte, por algum motivo, nos doze meses anteriores à inquirição

Da mesma forma, situações de doença/deficiência não mereceram particular destaque no que se refere a impedimentos em realizar um conjunto de actividades quotidianas, sendo praticamente residuais as respostas nesse sentido. Efectivamente, são mais evidentes, neste campo, questões de carácter financeiro, como é possível verificar no gráfico 5. Em termos totais, praticamente dois em cada três respondentes afirmaram terem, por algum motivo, sido impedidos ou tido muitas dificuldades em realizar, pelo menos, uma actividade.

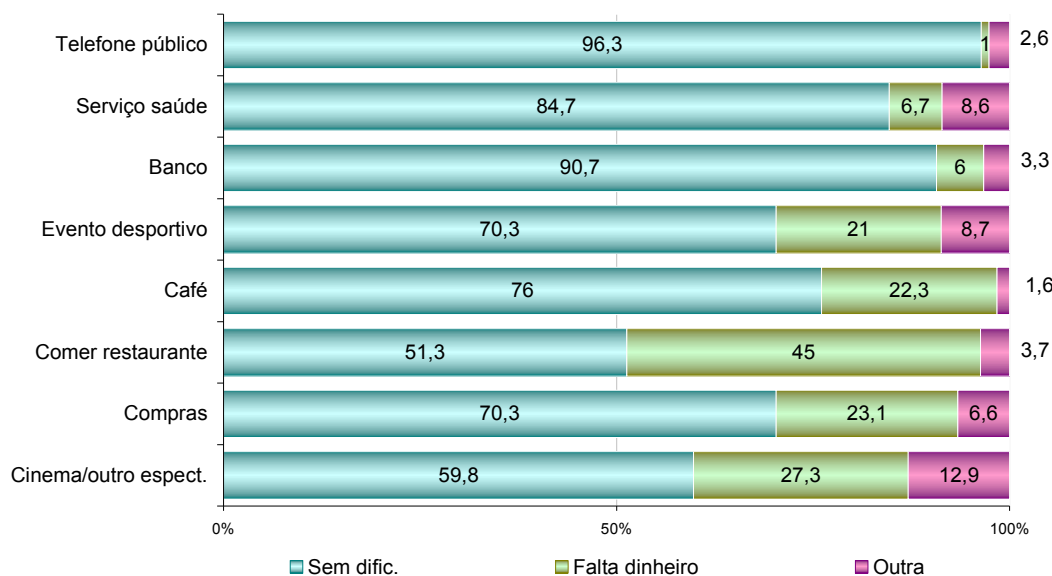


Gráfico 5 - Factores que dificultaram a realização de actividades

Da mesma forma, 28.3% dos respondentes já experimentaram uma situação de grande impacto ao nível da capacidade financeira disponível, decorrente de uma situação de desemprego ou doença prolongada. Como forma de encarar tal situação, cerca de duas em cada três pessoas teve de se privar de alguma coisa, tendo 29.4% optado por pedir ajuda.

### 2.3. Percepções da pobreza e da privação: pode o objectivo ser subjectivo?

A noção de pobreza subjectiva encerra na sua própria definição a necessidade de analisar com cuidado os resultados que dela derivam. Numa população com as características da que é analisada na presente pesquisa – que é, objectivamente, e à partida, definida como pobre – os dados relativos à forma como esses indivíduos percebem a sua própria situação em termos, aqui, puramente económicos, torna-se extremamente importante.

Tratando-se de uma população definida como pobre, um primeiro dado assinalável é o de 40% afirmar nunca ter sido pobre (gráfico 6).

Deve, porém, ser assinalado que, visto de um ponto de vista intergeracional, permitido pela percepção da situação do agregado paternal, ou do seu equivalente funcional, há apenas 13.8% de inquiridos que afirmaram nunca ter sido – nem os seus pais – pobres.



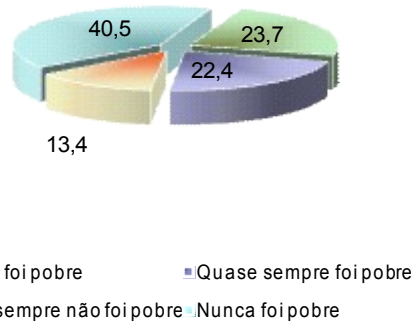


Gráfico 6 - Situação actual e retrospectiva face à pobreza

		Agregado parental			Total
		Sempre pobres	Nem sempre pobres	Nunca pobres	
Próprio	Sempre pobres	94.4	4.2	1.4	100
	Nem sempre pobres	41.1	52.3	6.5	100
	Nunca pobres	27.5	38.3	34.2	100
Total		48.3	35.2	16.4	100

Quadro 1 – Situação face à pobreza do próprio segundo a situação face à pobreza do agregado parental (ou equivalente) - %

Prospectivamente, cerca de 67% dos inquiridos manifestam confiança em que a vida dos seus filhos – existentes ou hipotéticos – venha a ser melhor do que a sua. São, porém, 22.4% os que manifestaram atitude pessimista relativamente a esta questão.

O maior pessimismo a este respeito foi patente entre os inquiridos com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (30.2%) e do escalão etário imediatamente anterior – 35 a 54 anos (23.7%). Os inquiridos com menos de 35 anos são menos pessimistas, o que é consistente com a postura evidenciada noutras pesquisas em que o binómio optimismo/pessimismo está em causa.

Potencialmente surpreendente seria o facto de entre os mais optimistas se encontrar a população idosa inquirida. No entanto, confrontados com uma vivência pessoal de elevada dificuldade, não parece inverosímil a convicção de que a situação da geração seguinte não possa ser senão – nem que seja um pouco – melhor. Por outro lado, deve ter-se presente que a permanência na pobreza contribui para o abaixamento as aspirações dos pobres. Neste entendimento, o optimismo revelado pelos pobres idosos deverá ser interpretado tendo e atenção o baixo padrão de aspirações que lhes serve de referência.



Da mesma forma, o maior pessimismo é expresso por aqueles que experimentaram, nos cinco anos anteriores ao momento da inquirição, uma pioria das suas condições de vida (cerca de 43% do total de respondentes). Estes indivíduos têm uma probabilidade de expressar essa opinião, obtida por meio de uma regressão logística, que é mais de cinco vezes superior à dos que assinalaram uma melhoria e mais de duas vezes e meia superior relativamente aos que manifestaram não ter havido alterações de maior.

A deterioração das condições de vida traduz-se, na maioria dos casos, em mais baixos rendimentos (36.2% dos que assinalaram a regressão) e na saúde (30%), bem como em situações de desemprego (23.1%).

Confrontando o rendimento considerado necessário para as despesas do agregado com o seu rendimento efectivo, cerca de 25% dos representantes consideram este último superior ao primeiro, ou seja, posicionando-se, implicitamente, fora de uma situação de pobreza na acepção usada nesta pesquisa (privação por falta de recursos). Uma análise mais pormenorizada revela, porém, algumas incongruências relativamente a essa situação.

Assim, 20% daqueles que consideraram ter um rendimento igual ou superior ao necessário não hesitaram em afirmar que viveram sempre em situação de pobreza. Visto de outro prisma, 33% dos inquiridos que se consideraram “sempre pobres” afirmaram que o seu agregado tinha, pelo menos no momento da inquirição, um rendimento superior ao necessário. De igual modo, cerca de 20% destes indivíduos afirmaram ter tido necessidade de pedir dinheiro emprestado para pagar necessidades do agregado, em algum momento dos doze meses anteriores à inquirição.

É necessário, igualmente, ter em atenção que o valor identificado pelos inquiridos como o necessário para as despesas do agregado variou entre um pouco menos de 28 euros e cerca de 2380 euros mensais. Porém, é possível verificar que mais de 85% dos inquiridos apontou um valor entre os 200 e os 800 euros mensais por adulto equivalente. Em termos medianos, os inquiridos afirmaram dispor de 82.5% do rendimento julgado necessário. A justaposição, no gráfico, de uma curva normal permite verificar como a distribuição obtida se aproxima daquele tipo de distribuição estatística.

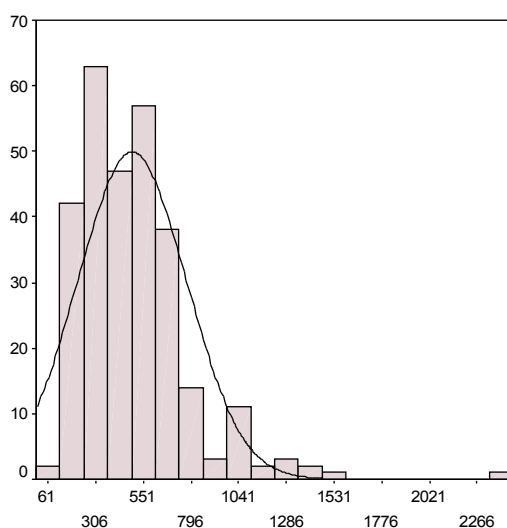


Gráfico 7 - Mínimo mensal, por adulto equivalente\*, julgado necessário para as despesas do agregado

\* Escala OCDE modificada

A falta de rendimento terá, naturalmente, implicações ao nível da privação e, a este nível, a pesquisa social demonstrou já sobejamente a vulnerabilidade acrescida das crianças. Do conjunto de agregados abrangidos pelo presente estudo, quase 40% incluía elementos menores de 16 anos, relativamente aos quais se tentou compreender, a sua situação específica face à privação.



Um primeiro dado que importa reter a este respeito é, desde logo, o facto de mais de metade (54.8%) dos respondentes terem denotado a privação do seu agregado a este nível. E se, na maioria dos casos, a privação se revela apenas relativamente a um item que é ainda considerado, por largos segmentos da população, um luxo ou, pelo menos, um bem supérfluo – computador –, também é verdade que continuam a persistir casos de privação a níveis elementares.

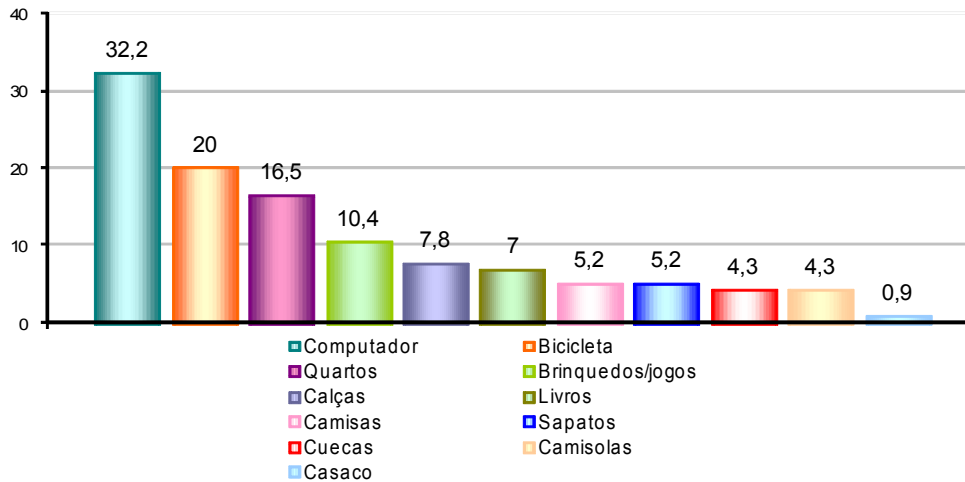


Gráfico 8 - Percepção da privação dos elementos dos agregados menores de 16 anos, relativamente a um conjunto de itens\*

\* Computador adequado para trabalho escolar; bicicleta; quartos suficientes para que crianças de diferentes sexos com mais de 10 anos tenham o seu próprio quarto; brinquedos/jogos; pelo menos três pares de calças ou calças de fato de treino; livros; pelo menos quatro camisas, blusas ou t-shirts; sapatos novos de número apropriado; pelo menos cinco cuecas ou boxers em bom estado e comprados novos; pelo menos duas camisolas, *pullovers* ou *sweat-shirts*; um casaco quente.

Relativamente a um conjunto de actividades, é possível verificar que mais de metade dos inquiridos afirmou não poder realizar uma boa parte delas, sendo também, sem dúvida, relevante, pelo tipo de actividades em causa, que cerca de um em cada seis respondentes tenha afirmado não poder receber familiares ou amigos em casa ou comemorar ocasiões especiais como aniversários.

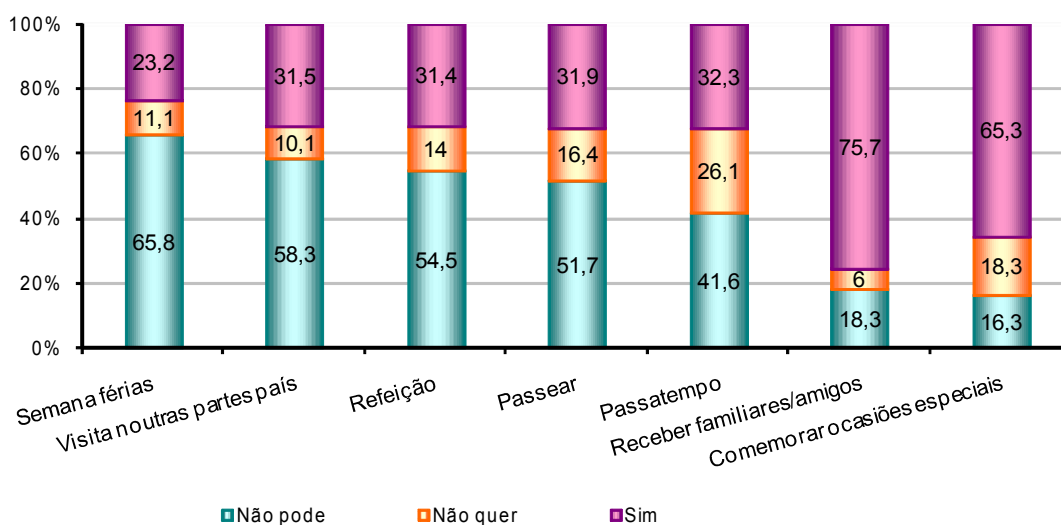


Gráfico 9 - Possibilidade de passar uma semana de férias por ano, fora de casa; visitar familiares ou amigos noutras partes do país; tomar uma refeição num restaurante ou snack-bar uma vez por mês; sair para passear pelo menos quinzenalmente; ter um passatempo ou actividade de lazer;



receber familiares ou amigos para uma refeição, um lanche ou bebida;  
celebrar ocasiões especiais como um aniversário

A privação dos agregados pode reflectir-se, igualmente, em não aviar receitas médicas, situação referida por um em cada cinco respondentes e, sobretudo, pelos que afirmam que o seu agregado dispõe de metade ou menos do considerado necessário para as despesas (41.4%).

Questionados acerca da evolução recente – cinco anos – do fenómeno da pobreza em Portugal, quer em termos passados, quer em termos prospectivos, é possível constatar que cerca de 80% dos respondentes se posicionaram de forma claramente pessimista, sendo que mais de 60% não hesitou em considerar que este fenómeno se acentuou nos cinco anos anteriores à inquirição, considerando igualmente que a tendência para os cinco anos posteriores seria a da continuidade do agravamento da situação.

Apesar de mais de metade dos inquiridos ter remetido a responsabilidade da existência de situações de pobreza para fenómenos sociais (injustiça da sociedade – 38.9; parte inevitável do progresso moderno – 15.1%), em um em cada três casos persiste uma perspectiva culpabilizante da própria população pobre, associando essa condição à preguiça/falta de força de vontade destas pessoas. De realçar, ainda, os 11.3% que remetem a condição para o destino/a fatalidade/a falta de sorte. Esta última situação sobe para o dobro entre os que consideram sempre ter vivido em situação de pobreza. Por outro lado, e apesar da perspectiva culpabilizante ser particularmente evidente entre os que se afirmaram não-pobres, não deixa de ser referida por cerca de um em cada cinco “sempre pobres”, o que não deixa de criar alguma perplexidade.

No entanto, é notório que a perspectiva culpabilizante se encontra sempre presente entre todas as faixas da população inquirida. De facto, embora mais evidente entre aqueles cuja ligação presente (empregados) ou passada (reformados/pensionistas) com a esfera do trabalho é maior, não deixa de ser referida por domésticas e população desempregada (gráfico 10).

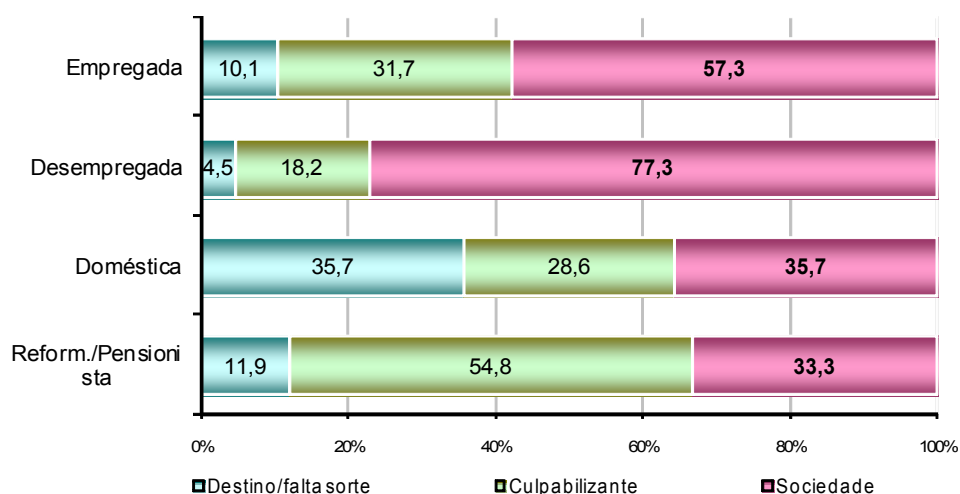


Gráfico 10 - Percepção subjectiva da origem da pobreza, segundo a situação face ao trabalho

Da mesma forma, é possível verificar que aqueles que afirmaram dispor de poupanças, que representam 57.3% dos respondentes, tendem a adoptar muito mais a perspectiva culpabilizante do que os que referiram não as ter (47.7% face a 16.4%).

Também aqueles que consideram que a sua vida não se alterou - resposta onde se encontram sobrerrepresentados os que consideram nunca terem sido pobres - ou que melhorou nos cinco anos anteriores à inquirição tendem a culpabilizar mais do que aqueles que consideram ter a sua vida piorado no mesmo período temporal – em percentagens semelhantes às referidas no parágrafo anterior.

A possibilidade de poupar mensalmente algum dinheiro, em termos presentes, foi afirmada por 30% dos respondentes. Esta capacidade, sendo referida sobretudo pelos que se classificaram como nunca pobres ou



quase sempre não pobres – 39.4% em média – não deixou de ser também assinalada pelos que consideraram ter estado sempre, ou a maior parte do tempo, em situação de pobreza (19.6%).

Importa, porém, realçar que a capacidade de poupança actual é distinta entre aqueles que não dispõem de qualquer “dinheiro de lado” – só 3.9% consegue poupar algum dinheiro ao fim do mês – e aqueles que dispõem já de algum dinheiro de reserva – metade consegue poupar mensalmente. De qualquer forma, mais de 40% dos inquiridos manifestaram não dispor de qualquer poupança nem de possibilidade de o conseguir.

Entre aqueles que afirmaram dispor de alguma poupança apenas 23.3% afirmaram já ter pensado em utilizar esse dinheiro, ou outros bens, para a melhoria das condições de vida. No entanto, a precaução relativa a possíveis necessidades futuras acabou por ser preponderante para quase 58% não ter concretizado essa intenção.

Esta razão é, aliás, e com um valor muito similar (58.3%), também a principal razão para que a maior parte dos respondentes com poupanças não tenha sequer pensado em utilizá-las, muito mais do que, por exemplo, a preocupação com a situação dos herdeiros (6.8%) ou a consciência de que a melhoria resultante não seria significativa (13.6%). Um em cada cinco destes respondentes afirmou não sentir necessidade de movimentar essas poupanças para promover uma melhoria das suas condições de vida.

Para praticamente dois em cada três respondentes, a responsabilidade pela resolução do problema da pobreza cabe ao Governo, havendo cerca de um em cada quatro que atribui esta responsabilidade à sociedade em geral. Porém, 9.2% atribuem a responsabilidade aos próprios pobres, a maioria dos quais são, sem surpresa, os que culpabilizaram os pobres pela sua própria situação.

#### 2.4. Redes de sociabilidade e solidariedades informais: capitais firmes em contextos de vulnerabilidade

Em caso de necessidade, é, sem surpresa, a família nuclear a que mais é movimentada no sentido da assistência aos respondentes. O(a) cônjuge/companheiro(a) é o apoio mais evidente em termos emocionais ou em caso de doença. Em relação a questões económicas esse papel é desempenhado pelos ascendentes ou descendentes directos, dependendo do escalão etário em que se encontra o respondente (gráfico 11).

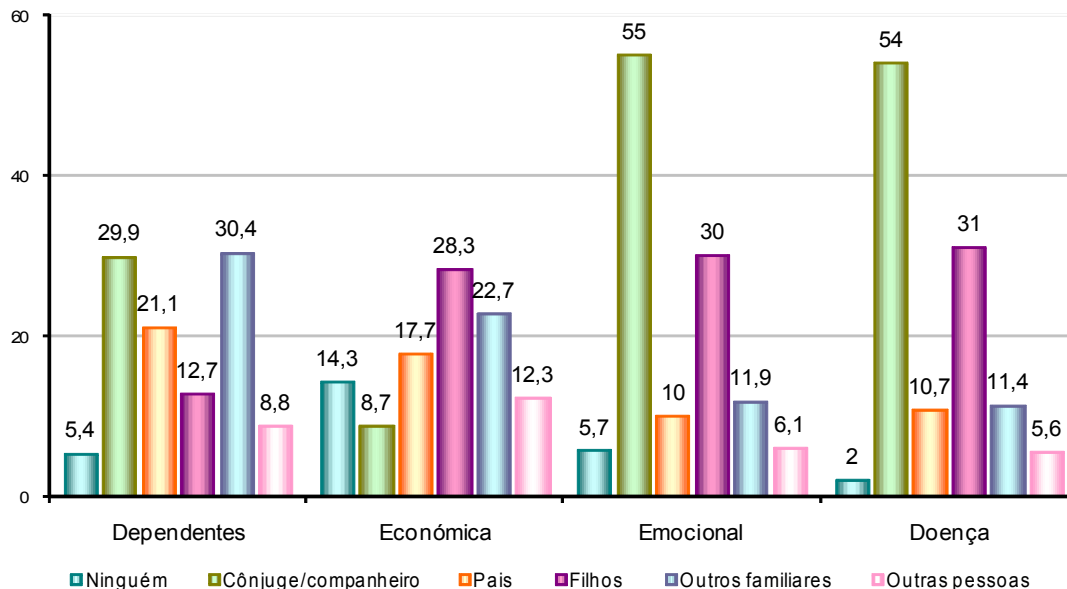


Gráfico 11 - Em caso de necessidade quem lhe daria assistência...

Ainda para a análise das sociabilidades, e no que diz respeito à frequência de contactos com um conjunto alargado de pessoas - pai, mãe, filhos/as, irmãos/ãs, outros familiares, amigos/as, vizinhos/as - optou-se por



compor dois índices, um relativo à interacção verbal – pessoalmente ou por telefone – e outro relativo à convivência.

Uma primeira análise permite, desde logo, inferir que os inquiridos dispõem de redes de sociabilidade relativamente fortes. A maioria tem contactos diários ou quase diários com outras pessoas e mesmo as situações de menor sociabilidade ao nível da convivência dizem respeito, em boa parte das vezes, a respondentes inseridos em agregados nucleares com ou sem filhos.

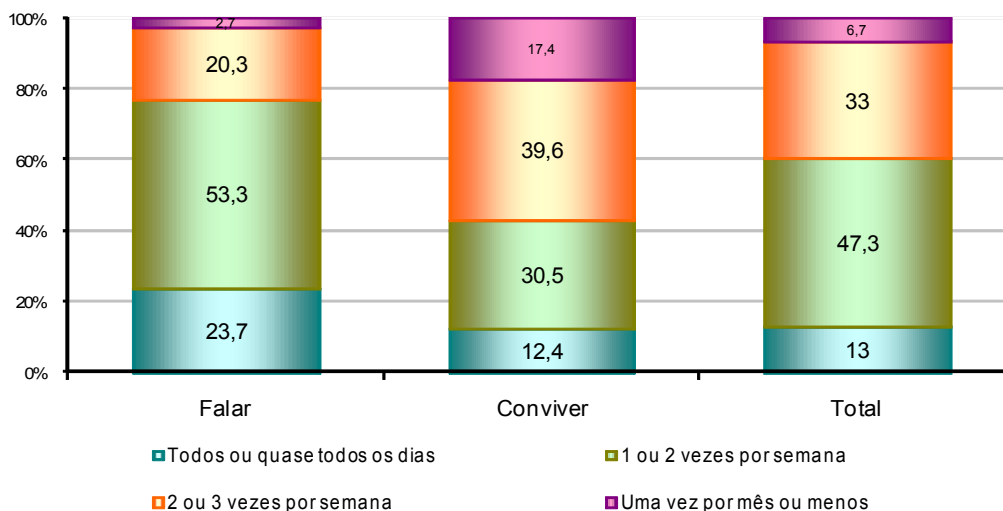


Gráfico 12 - Índices de Sociabilidade

Esta realidade não deve, porém, ocultar o facto de metade dos isolados e mais de metade dos respondentes integrados em famílias monoparentais terem afirmado que convive com elementos exteriores ao seu agregado duas ou três vezes por mês, no máximo. Mais relevante é que um em cada quatro isolados dê a mesma resposta no que diz respeito ao contacto verbal com outras pessoas.

Ainda relativamente às sociabilidades, é de assinalar que 85.3% dos inquiridos afirmou estar com familiares outros que não aqueles que fazem parte do seu agregado familiar em ocasiões como festas de aniversário e Natal, sendo ainda mais de metade (58.7%) os que referem igualmente o convívio com amigos nessas situações.

Apesar destes resultados, 38% dos inquiridos consideram haver algo que os impede de se encontrarem mais frequentemente com familiares. 13% deu a mesma resposta relativamente aos amigos. As principais respostas para ambos os grupos são semelhantes e, mais relevante para a pesquisa em causa, é a proporção daqueles que afirmam não poder pagar as deslocações ou a falta de meios para receber.

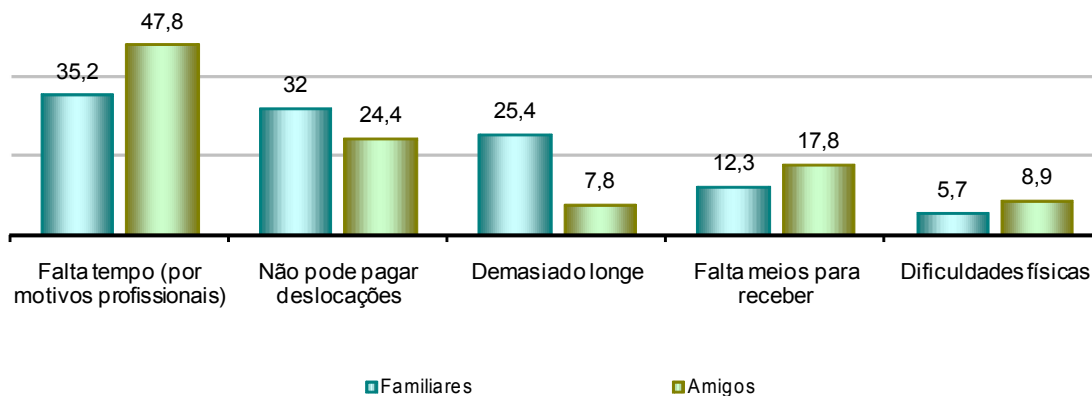


Gráfico 13 - Cinco principais razões que impedem o encontro mais frequente com familiares e com amigos



## 2.5. Territórios de inclusão: a pertença afectiva como catalizador de integração

A grande maioria dos inquiridos afirmou estar satisfeita com o local onde reside, havendo mesmo um em cada três que atribui a classificação máxima de 6. O posicionamento médio situou-se em 4.5. Da mesma forma, três em cada quatro afirmaram gostar que os seus filhos (existentes ou hipotéticos) vivessem no mesmo local.

O apego de natureza mais sentimental ao local de residência é, sem dúvida, o principal catalizador para as respostas de carácter positivo, traduzido no sentimento de pertença e relação afectiva com o local (63.1%) e na consideração do mesmo como um local sossegado e/ou calmo (62.7%).

Pela negativa, as razões prendem-se, sobretudo, com as deficientes acessibilidades e/ou transportes e com a falta de equipamentos, comércio e/ou serviços no local de residência, referidas por cerca de metade daqueles que apontaram razões de carácter negativo, bem como, em menor grau, com deficientes condições de habitabilidade (39.2%).

## 2.6. Posicionamento político e consumos de leitura: o envolvimento possível?

O posicionamento dos inquiridos face à política parece reflectir o envolvimento apenas através do voto, situação que é, no entanto, provável que, pelo menos em alguns casos, corresponda também a uma postura “politicamente correcta” de defesa da importância do voto. Para cerca de metade dos inquiridos o voto é importante. Porém, a política raramente ou nunca constitui tema de conversa. 28.3% associa a esta última característica a pouca ou nenhuma importância atribuída ao voto, manifestando, pois, um afastamento relativamente à própria política. Comparando com a taxa de abstenção verificada nas eleições legislativas de 2005 (35%), aquele valor, embora ainda bastante inferior, revela já algum grau de aproximação.

Relativamente a hábitos de leitura, é possível perceber que cerca de 30% dos inquiridos nunca lê nem livros nem jornais, aos quais se juntam outros 21% que apenas lêem jornais e de forma esporádica. Note-se, a este respeito, que a definição de jornal foi muito ampla, incluindo qualquer tipo de jornal, incluindo os jornais gratuitos.

Poderá contribuir para melhor interpretar aqueles valores o facto de ser na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde a presença dos gratuitos é maior, que se registou a maior proporção de respondentes que lêem jornais todos os dias ou quase todos os dias (51.8%, face a 33% em termos totais) e a menor proporção dos que nunca lêem jornais (20.7%, face a 36.7%).

A leitura regular apenas de jornais, foi referida por 17.7%, sendo de 15% a proporção dos que lêem livros e jornais com alguma frequência. Uma questão importante deve, porém, ser referida a propósito da leitura de livros: 70% dos respondentes não lêem livros, havendo ainda mais 17.4% que lêem 1 ou 2 livros por ano, dados que ajudam a contextualizar melhor aquilo que nos parágrafos anteriores foi referido como leitura de livros.

Os padrões de leitura encontram-se associados à idade e à escolaridade, havendo maiores consumos por parte dos mais jovens e os com maior nível de escolaridade. Mas existe também uma relação evidente com as sociabilidades, verificando-se que, ao contrário do que poderia ser esperado, os menores consumos de leitura ocorrem entre aqueles cujas sociabilidades são menos intensas, o que poderá, de certa forma, acentuar potenciais graus de isolamento destes indivíduos. Registam-se, igualmente, menores consumos entre a população que considera ter sido sempre pobre, e que recobre, uma vez mais, em grande medida, uma população com níveis de escolaridade mais baixos.

Numa tentativa de aferir referências simbólicas dos respondentes, estes foram questionados acerca de três locais onde levariam uma pessoa amiga estrangeira de visita, que nunca tivesse estado em Portugal.

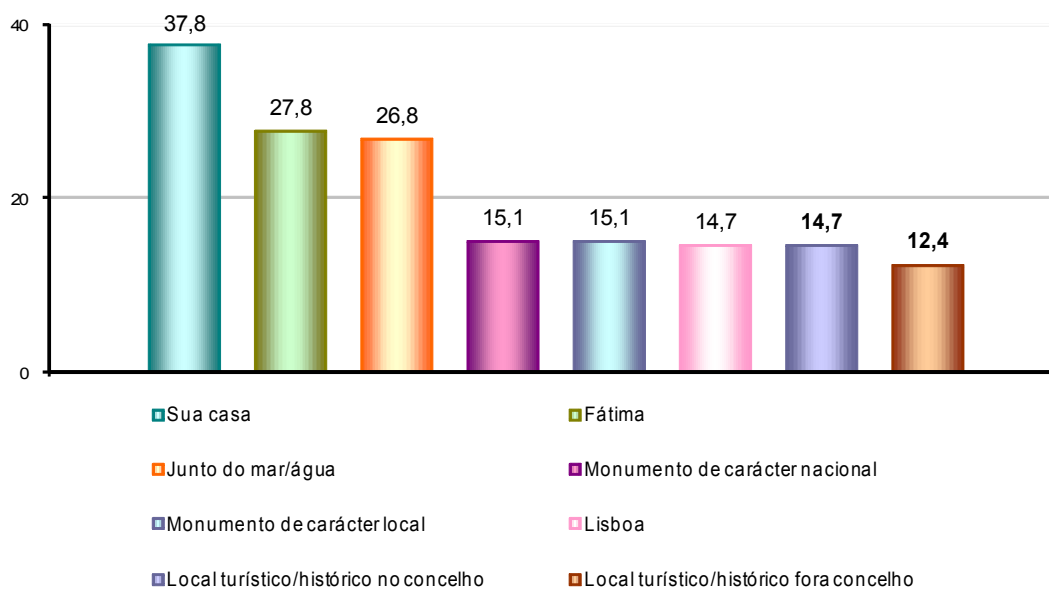


Gráfico 14 - Locais onde levaria um amigo estrangeiro

Este ensaio permitiu perceber até que ponto a sua própria casa é um local referido pela população pobre. Mais de um em cada três inquiridos (37.8%) fez essa menção, tornando esta opção a mais referida. As opções seguidamente mais referidas reflectem dois traços que se podem considerar característicos do país: a ida a Fátima e um passeio junto ao mar.



i Todos os gráficos e quadros constantes desta secção têm como fonte o Inquérito Directo aos Trabalhadores Pobres no ICOR 2004.

ii Este inquérito reproduz questões anteriormente efectuadas em Bruto da Costa et al. (1985) e no “Millenium poverty and social exclusion survey”, disponível em [http://www.bris.ac.uk/poverty/pse/poverty\\_and\\_social\\_exclusion\\_online\\_appendix\\_%20final%20version.pdf](http://www.bris.ac.uk/poverty/pse/poverty_and_social_exclusion_online_appendix_%20final%20version.pdf)